

4. Empresas — Registo comercial

PORTO

PORTO — 1.ª SECÇÃO

BPN GESTÃO DE ACTIVOS — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 8112-A; identificação de pessoa colectiva n.º 502618302; número e data da apresentação: 347/13 de Junho de 2005.

Certifico que, na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas referentes ao ano de 2004, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 15 de Junho de 2005. — A Adjuncte, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Armando José Fonseca Pinto, presidente.
Rosa Maria Gomes Martins Guedes, secretário.

Conselho de administração:

Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues, presidente.
Óscar Nóbrega Arteaga Escalera, vogal executivo.

Fiscal único:

Efectivo: Auren Auditores & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Victor Manuel Leitão Ladeira, revisor oficial de contas.

Suplente: Regina Paula Melo e Maia e Sá, revisora oficial de contas.

Relatório do conselho de administração

Introdução

No passado dia 13 de Dezembro de 2004, através da respectiva escritura pública, procedeu-se à fusão por incorporação das sociedades BPN — Gestão de Activos na BPN Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S. A.

A sociedade incorporante BPN Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., alterou, por sua vez, a respectiva denominação social, que passou a ser a seguinte:

BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Evolução dos mercados

Um contexto de condições ainda bastante estimuladoras ao crescimento económico permitiu à economia global apresentar uma taxa de crescimento, em 2004, bem acima da sua média de longo prazo não inflacionista. Não obstante a inversão ocorrida no ciclo de taxas de juro de importantes bancos centrais, com destaque para a Reserva Federal norte-americana ao colocar a sua principal taxa de referência já acima dos 2% no final do ano, a economia global beneficiou ainda de taxas de juro reais bastante baixas em termos históricos, um contexto propício para permitir uma aceleração da actividade económica durante o ano.

A economia dos EUA voltou a merecer a principal referência ao longo do ano. Num contexto de continuação de perda de valor para a sua divisa, manutenção dos mesmos problemas ao nível da sua balança de pagamentos e elevados preços do petróleo, a verdade é que esta economia deverá ter crescido entre os 4% e os 4.5% em 2004, não só superior aos 3.0% do ano anterior, como bem acima da sua tendência de longo prazo não inflacionista. Na zona euro, os 2% que deverão ter sido registados reflectem a dependência do sector expor-

tador — penalizado em 2004 por algum abrandamento do comércio internacional e pela valorização da moeda única, a falta de dinamismo apresentada pela procura interna e as dificuldades que duas das mais importantes economias apresentaram no período — Alemanha e Itália. As economias emergentes (na América Latina e na Ásia) registaram, igualmente, um ano bastante favorável, beneficiando do contexto positivo existente e contribuindo decisivamente para o forte crescimento observado na economia global.

Este contexto, de crescimento económico foi naturalmente positivo para classes de activos de risco como são as acções. O alívio do preço do petróleo no 4.º trimestre, a reeleição de George W. Bush, os resultados das empresas e a concretização das expectativas mais favoráveis para a economia global permitiram à generalidade dos índices accionistas um ano de 2004 bastante favorável, com o índice FT World a registar uma valorização de cerca de 10% no ano.

No que se refere à dívida, as obrigações do Tesouro (com maturidade superior a um ano), tiveram um ano de valorizações significativas, reflectindo bem o contexto de forte crescimento económico que foi observado, sem pressões inflacionistas. Também aqui, as componentes de maior risco tiveram uma evolução bastante favorável, traduzindo-se na forte subida observada ao longo do ano nos índices de obrigações de *high yield* e de mercados emergentes, após a indexação do 1.º trimestre e a correcção registada no período Abril/Maio.

Para 2005, o actual enquadramento parece indicar algum tipo de abrandamento económico após a forte aceleração de 2004. As dívidas quanto ao impacto dos problemas da Balança de Pagamentos dos EUA permanecem intactas, assim como os receios de mais elevados valores para a inflação neste contexto de significativo crescimento económico. Neste sentido será de esperar um ano de ganhos mais modestos nos activos de maior risco, e até uma correcção nas obrigações do tesouro pelo efeito da subida dos *yields*.

As carteiras geridas pela sociedade registaram neste período uma performance muito interessante para cada um dos perfis de risco, beneficiando do bom desempenho dos mercados financeiros em 2004, apesar de alguma volatilidade e de várias retracções dentro da tendência de subida moderada das cotações. A gestão dinâmica dos riscos de taxa de juro, crédito, cambial e sistemático tiveram igualmente o seu contributo em termos de valor, num ano marcado por oscilações cambiais (o dólar registou perdas de 8% no ano).

Os fundos de investimento geridos pela sociedade, nomeadamente na categoria de fundos de tesouraria e na categoria de fundos de obrigações de taxa indexada, obtiveram retornos muito significativos, fundamentalmente quando comparados com os fundos da concorrência da respectiva categoria, e face ao nível das taxas de juro de curto prazo que prevaleceram durante o ano. Os dois fundos mistos, o predominantemente de obrigações e o predominantemente de acções, bem como o fundo de acções global, registaram igualmente rentabilidades muito interessantes.

Actividade comercial

A actividade de gestão de activos mobiliários registou em 2004, um crescimento sustentado, no seguimento do sucedido em 2003. O incremento da actividade, foi impulsionado pelo desempenho moderado dos mercados financeiros. Como resultado da valorização positiva dos mercados, e do bom nível de retorno dos produtos geridos pela sociedade gestora nas suas duas áreas de negócio (gestão de patrimónios e gestão de fundos de investimento mobiliários), os montantes sob gestão registaram um crescimento substancial.

No que concerne à actividade da gestão de patrimónios, o crescimento foi mais uma vez concentrado no perfil de obrigações empreendedor, o qual registou no ano um crescimento do volume de 26%. A manutenção do excelente nível de retorno face ao baixo risco assumido, continua a estar na base do crescimento do perfil. Nos restantes perfis, a evolução dos respectivos volumes foi igualmente positiva, com a excepção dos produtos de gestão partilhada. A evolução dos perfis de obrigações confirma, mais uma vez, a preferência dos clientes por um perfil que lhes proporcione um acréscimo de rentabilidade face às taxas de juro de curto prazo, com um nível de volatilidade reduzido.

A actividade de gestão de Fundos de investimento mobiliários obteve um crescimento muito significativo em 2004. O volume dos activos sob gestão registou no ano um aumento de 131%. O Fundo BPN Diversificação foi responsável por 70% do crescimento dos activos sob gestão, estando o restante concentrado nos fundos de taxa. O Fundo BPN Tesouraria, e os fundos de obrigações BPN Conser-

vador e BPN Renda Mensal registaram taxas de crescimentos dos volumes de 43%, 46% e 18,5%, respectivamente.

No ano de 2004, mais precisamente a 11 de Novembro, foi aprovada pela CMVM a constituição do Fundo BPN Diversificação. Este fundo vem completar a gama de fundos geridos pela sociedade e constitui um veículo de investimento diversificado, investindo em fundos de investimento mobiliários e principalmente imobiliários.

Manteve-se a estreita relação com a rede de agências do banco, no sentido de continuidade da política de formação sobre os produtos geridos pela sociedade. Foram subscritas pela rede várias carteiras de gestão discricionária, na sua grande maioria no perfil obrigações empreendedor. No que respeita a clientes institucionais, assistiu-se ao reforço de algumas carteiras.

A sociedade encerrou o ano com um montante de 1114,50 milhões de euros sob gestão, ultrapassando de forma categórica a marca de um bilião de euros.

A actividade de gestão de patrimónios alcançou os 486,0 milhões de euros, o que representa um crescimento de 26% face a 2003. O número de carteiras também evoluiu favoravelmente tendo passado de 451 em finais de 2003 para 530 no final de 2004. Como referido atrás, este crescimento concentrou-se no perfil obrigações empreendedor, o qual foi responsável por 77% desta evolução, muito embora os perfis que investem em acções registaram também taxas de crescimento bastante significativas. O perfil moderado que contempla um investimento médio de 45% em acções, registou um aumento de 90%, o que denota uma maior propensão dos clientes para o risco, num contexto mais favorável dos mercados financeiros.

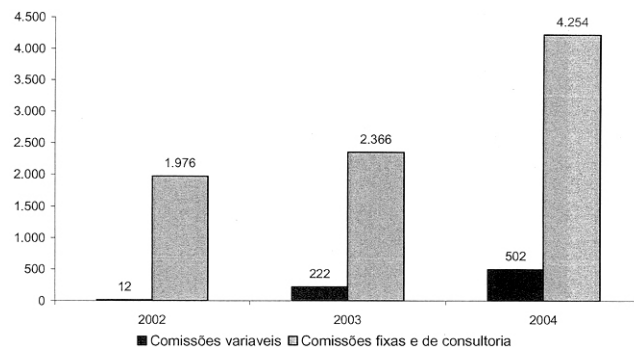
Em fundos de investimento, a sociedade encerrou o ano com um montante de 828,5 milhões de euros de volume sob gestão, muito devido ao lançamento do fundo especial de investimento BPN Diversificação, nos fundos já existentes a preponderância residiu nos fundos de obrigações. De salientar que a sociedade foi distinguida em 2004, com um prémio atribuído pela S&P e pelo *Diário Económico*, pelo desempenho do Fundo BPN Conservador durante 2003, por ter sido o melhor fundo de obrigações de taxa indexada do mercado nacional.

Situação económico-financeira

O resultado depois de impostos em 2004 foi de 2137,8 milhares de euros, um aumento de 163% relativamente ao ano anterior, com a rentabilidade dos capitais próprios a situar-se nos 153% e o *ratio cost to income* a revelar uma evolução extremamente positiva para 31,46.

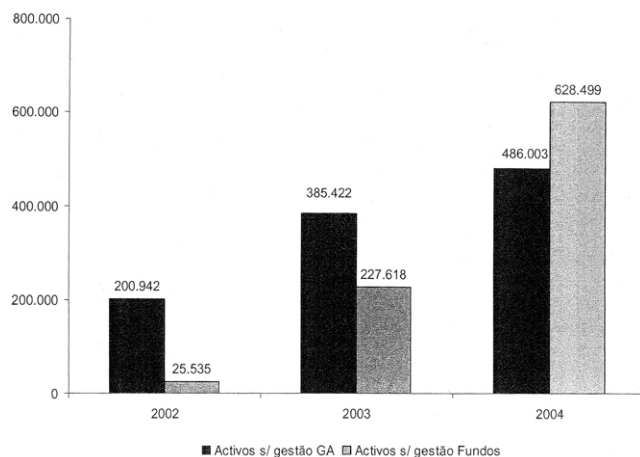
Em 2004 e a exemplo do que já tinha sucedido em 2003 a facturação teve um crescimento notável de 83,81%. Este acréscimo decorre do aumento de 82% dos activos sob gestão e de um crescimento de 126% nas comissões variáveis.

Evolução das comissões

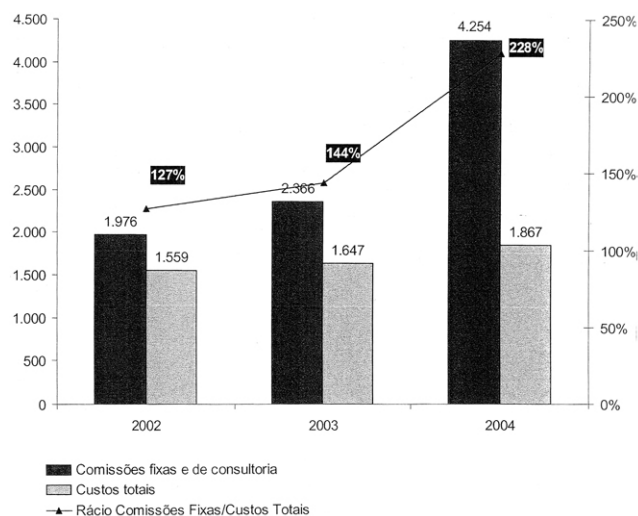


O nível de crescimento elevado das comissões fixas, com um acréscimo dos custos totais de apenas 13%, levou a que o *ratio* comissões fixas/custos totais tenha assumido em 2004 um valor de 228%. Este *ratio* mostra-se bastante confortável, assegurando uma rentabilidade consistente e que se prevê de longa duração.

Activos s/ gestão (em milhares de euros)



Evolução do *ratio* de eficiência



Ao nível das rubricas de balanço, o total do activo líquido registou um acréscimo de 56% face ao ano anterior e a autonomia financeira da sociedade em 31 de Dezembro de 2004 era de 75%.

Em anexo quadro com os indicadores mais relevantes dos últimos três anos:

Principais indicadores de actividade

	2005	2003	2004	2004/2003 (percent.)
Activos sob gestão	226 477	613 040	1 114 502	82
Carteiras activas — gestão discricionária	313	451	530	18
Número de fundos sob gestão	5	7	8	14
Activo líquido	2 842	3 767	5 859	56
Comissões totais	1 988	2 588	4 757	84
<i>Ratio</i> comissões fixas e consult./custos totais (percentagem)	127	144	228	59
Resultado líquido	381	813	2 138	163
ROE (percentagem)	18,68	37,57	95,24	153

Perspectivas de evolução futura

Perspectiva-se para o ano de 2005 um crescimento económico modesto, inferior ao registado em 2004. Ainda no contexto macroeconómico, devemos assistir à semelhança do sucedido no ano transacto, a um papel de destaque da economia dos EUA, continuando esta a funcionar como a locomotiva do crescimento mundial. As bases deste crescimento, devem mais uma vez depender do comportamento do consumidor americano, o qual poderá ser ameaçado por uma subida agressiva dos *yields*, condicionando o processo de refinanciamento de hipotecas. No que concerne à política monetária, a reserva federal americana, deverá tentar trazer o nível das taxas de juro para um patamar neutral, dando em 2005 seguimento às subidas iniciadas em 2004. Em 2005 deverá assistir-se ao início do ciclo de subida dos juros por parte do ECB, subida esta adiada em 2004 devido à valorização do euro face ao dólar (8%), e ao ainda frágil ritmo de crescimento económico da zona euro.

Após dois anos de ganhos acentuados nos mercados financeiros, nomeadamente na classe de activos de maior risco, e em particular na vertente accionista, 2005 deverá caracterizar-se por ganhos bem mais modestos dos mercados accionistas. No que concerne aos *yields* de obrigações soberanas espera-se que, uma vez afastado do horizonte o espectro de deflação e, simultaneamente comecem a emergir sinais de inflação, estes possam finalmente começar a registar subidas graduais.

Neste contexto, 2005 exigirá grande prudência na alocação de investimentos a estas classes de activos. Assim, 2005 tenderá a ser favorável, na relação risco/retorno, para fundos de obrigações de taxa indexada e para perfis de gestão discricionária mais conservadores.

Deverá manter-se a estreita relação e proximidade com a rede comercial, no sentido de dar continuidade a acções de formação já encetadas nos anos anteriores, promovendo junto da rede a divulgação dos fundos de investimento e das carteiras de gestão discricionária.

Notas finais

Conforme determinado pela instrução n.º 22/2001 do Banco de Portugal, cumpre-nos informar que a BPN Gestão de Activos, não efectuou operações sobre instrumentos financeiros derivados na sua actividade no ano de 2004.

Balço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

Código das contas		2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	57,24	—	57,24	181,05
12+13	2 — Disponibil. à vista sobre instit. de crédito	2 181 641,85	—	2 181 541,85	818 574,76
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 500 000,00	—	1 500 000,00	1 200 000,00
250+259	5 — Obrig. e outros títulos de rendimento fixo	114 614,11	—	114 614,11	100 342,77
2500	a) Obrig. e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	114 614,11	—	114 814,11	100 342,77
400-490	7 — Participações	—	—	—	—
41-481	9 — Imobilizações incorpóreas	155 091,22	155 006,26	94,96	19 182,82
42-482	10 — Imobilizações corpóreas	834 442,80	598 134,68	238 308,12	242 274,19
4200-48200	(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	(109 735,54)	(56 686,71)	(53 038,83)	(74 985,94)
27-27003+409	13 — Outros activos	1 588 957,22	—	1 580 957,22	1 264 049,26
51+55+56 (dev.)+58 (dev.)	15 — Contas de regularização	237 829,98	—	237 929,96	122 280,58
Total do activo		661 263,44	753 140,94	5 859 493,46	3 786 885,43

PASSIVO

Código das contas		2004	2003
36+39	4 — Outras passivos	1 189 168,67	656 179,99
52+54+56 (cre.)+58 (cre.)	5 — Contas de regularização	163 319,66	123 336,61

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 68.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado do exercício, no montante de 2 137 772,25 euros, tenha a seguinte aplicação: para reserva legal 213 777,23 euros, para distribuição de dividendos 1 783 995,02 euros, e para distribuição pelos colaboradores 140 000,00 euros.

É ainda intenção do conselho de administração propor na assembleia geral de aprovação de contas, a distribuição de reservas livres ao accionista único, BPN Participações Financeiras, SGPS, L.da, no montante de 546 089,91 euros.

Porto, 10 de Janeiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues*, presidente — *Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira*, vogal executivo.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo I

Para efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2004, era a seguinte:

Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2004 nem transaccionou acções da empresa em 2004.

Anexo II

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

1 — Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.da — 100%.

O Conselho de Administração: *Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues*, presidente — *Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira*, vogal executivo.

Código das contas		2004	2003
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	124 530,23	10 698,86
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
510+611+613	b) Outras provisões	124 530,23	10 699,98
62	9 — Capital subscrito	1 250 080,00	1 250 000,00
630+631+839	11 — Reservas	994 702,65	913 373,07
66	13 — Resultados transitados		
69 (cre.)	14 — Lucro do exercício	2 137 772,25	813 296,78
<i>Total do passivo</i>		5 859 483,46	3 766 885,43

Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		2004
90+970	1 — Passivos eventuais	—
	Dos quais:	
9010+9011	Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—
970	Cauções e activos dados em garantia	—
92	2 — Compromissos	—
	Dos quais:	
9200	Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—

O Conselho de Administração: *Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues*, presidente — *Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira*, vogal executivo. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível)*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

DÉBITO

(Em euros)

Código das contas		2004	2003
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	6 150,82	19,72
71	2 — Comissões	49 916,30	25 208,45
	3 — Prejuízos em operações financeiras	1 574,66	1 336
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	1 497 543,98	1 366 241,82
	a) Custos com pessoal	600 587,53	556 368,18
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	(268 629,57)	(233,097,30)
732+733	(— encargos sociais)	(118 942,37)	(119 768,45)
	Dos quais:		
73290+	(— com pensões)	(73 028,00)	(73 910,00)
73291+73292			
74	b) Outros gastos administrativos	896 956,45	809 873,64
78	5 — Amortizações do exercício	114 604,01	90 169,82
77	6 — Outros custos de exploração	14 300,00	13 025,00
790+791+	7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para		
792+793+795+7	outros riscos	126 504,99	10 799,06
	10 — Resultado da actividade corrente	(3 019 579,71)	(1 185 450,94)
671	11 — Perdas extraordinárias	46 421,57	138 213,70
68	13 — Impostos sobre lucros	840 838,35	402 207,72
76	14 — Outros impostos	9 663,82	2 083,29
69	15 — Lucro do exercício	2 137 772,25	813 295,78
<i>Total</i>		4 845 290,75	2 862 600,09

CRÉDITO

Código das contas		2004	2003
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	60 064,40	50 017,35
	Dos quais:		
80250+90251	(— de títulos de rendimento fixo)	— 4 639,24	— 11 022,40
81	2 — Rendimento de títulos	—	—
81-81400-81401	a) Rendim. de acções, de quotas e de outros títulos de rendim. variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	4 757 435,33	2 588 175,53
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	2 758,61
89	5 — Reposições e anulações respeit. a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	12 674,74	3 667,86
	7 — Outros proveitos de exploração	—	47 631,19
672	8 — Resultado da actividade corrente	—	—
	9 — Ganhos extraordinários	15 116,28	170 349,55
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
Total		4 845 290,76	2 862 600,09

O Conselho de Administração: *Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues*, presidente — *Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira*, vogal executivo. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível)*

Imobilizações incorpóreas e corpóreas em 31 de Dezembro de 2004

(Em euros)

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz do exerc.	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dez de 2005
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líquido)					
Imobilizações incorpóreas:									
Trespases	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	9 784,42	9 784,42	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	4 812,80	4 812,80	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de investig. e desen- volvimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sistemas da trat. automático de dados (<i>software</i>)	140 494,01	121 311,18	—	—	—	19 097,86	—	—	84,97
Desp. em edifícios arrendados	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros imóveis	109 735,54	45 723 15	—	—	—	10 973,56	—	—	53 038,83
Equipamento	545 855,84	384 139,41	164 880,09	—	—	81 524,34	75 340,02	—	169 732,16
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	30,082,50	13 537,13	—	—	—	3,008,25	—	—	13 537,12
Imobilizado em loc. financeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso:									
Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de imobi- lizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totais	840 765,11	579 308,09	164 880,09	—	—	114 604,01	75 340,02	—	236 393,08

O Conselho de Administração: *Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues*, presidente — *Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira*, vogal executivo. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível)*

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

(Em euros)

	Quantidade	Valor nominal (euros)	Valor médio de aquisição	Valor de cotação (percent.)	Valor de balanço
B) Títulos — investimento	—	—	—	—	—
De rendimento fixo — de emissores públicos	—	—	—	—	—
De dívida pública portuguesa	—	—	—	—	—
A curto prazo	—	—	—	—	—
A médio e longo prazos	—	—	—	—	—
PGB 4,875 — 08/2007 (percentagem)	110 000	0,01	104,19	105,35	114 614,11
D) Imobilizações financeiras	—	—	—	—	—
Participações	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no País	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro	—	—	—	—	—
Em outras empresas no País	—	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	—
Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no País	—	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro	—	—	—	—	—
Em outras empresas no País	—	—	—	—	—
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	—
Outras imobilizações financeiras	—	—	—	—	—
BPN Serviços, ACE (percentagem)	3,30	—	3 300,00	—	3 300,00
<i>Total</i>	110 000	—	—	—	117 914,11

O Conselho de Administração: *Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues*, presidente — *Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira*, vogal executivo. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

A BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de investimento Mobiliário, S. A., constituída em 12 de Setembro de 1991 era anteriormente denominada Eurovalor — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., e foi integrada no universo do Grupo BPN (accionista único), por aquisição, em 1998 e alterada a denominação para BPN Fundos em 1999. Em 13 de Dezembro de 2004, após a escritura de fusão por incorporação da sociedade BPN — Gestão de Activos na BPN Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, a sociedade incorporante — BPN Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. — alterou, por sua vez, a respectiva denominação social, que passou a ser BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. As demonstrações financeiras do exercício de 2003, apresentadas como comparativos, foram reexpressas de forma a ser garantido o princípio da comparabilidade.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas omitidas ou não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

3 — Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

a) *Geral*. — As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário, com base na convenção dos custos históricos e da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

b) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas máximas fiscalmente permitidas, de forma a amortizar os imobilizados durante a sua vida útil esperada.

c) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas. São custos com despesas notariais e de registo com aumentos de capital e *software* e estão a ser amortizados pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente permitidas.

d) *Títulos de investimento*. — Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja detenção assume um carácter duradouro (ou adquiridos há mais de seis meses), e que não sejam considerados como imobilizações financeiras.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, apurados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, contabilizados nas respectivas contas de regularização do activo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso, que constitui o prémio ou desconto verificado no momento da compra, é amortizada, de modo escalonado, pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

A diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição (corrigido dos montantes dos prémios ou dos descontos reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, ou na sua ausência, o valor estimado de realização, é provisionada por contrapartida de resultados.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é relevado nas respectivas contas de regularização do passivo. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito*. — São calculadas com base nas instruções do Banco de Portugal, são apresentadas no passivo e correspondem a um mínimo de 1% do total do crédito não vencido.

f) *Pensões de reforma*. — No âmbito dos acordos de adesão celebrados entre a sociedade e as estruturas sindicais, existe a responsabilidade com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e

invalidez. Esta responsabilidade está coberta através do Fundo de Pensões BPN, e está contabilizada de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

	2004	2003
Depósitos à ordem	2 181 542	818 574

10 — Composição da carteira de títulos:

O inventário da carteira de títulos da sociedade consta do mapa anexo, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

11 — Movimento do activo imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício no activo imobilizado constam do mapa anexo, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Reportado a 31 de Dezembro de 2004, a rubrica 3 do activo correspondia na sua totalidade a depósitos a prazo no Banco Português de Negócios com duração residual inferior a três meses.

	2004	2003
Depósitos a prazo	1 500 000	1 200 000

18 — Despesas de instalação:

O conteúdo das despesas de instalação é composto essencialmente pelas despesas notariais a da Conservatória do Registo Comercial para a constituição da empresa, assim como a sua publicação oficial.

23 — Compromissos assumidos:

	2004	2003
Garantias bancárias	410 861	121 481

29 — Movimento dos capitais próprios:

De acordo com a respectiva legislação, a reserva legal tem que ser reforçada com uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até ao limite do capital social.

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 50 000 acções de 5 euros cada e pertence à BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}

	1 de Janeiro de 2004	Aumentos	Reduções	31 de Dezembro de 2004
Capital social	1 250 000	—	—	1 250 000
Reserva legal	367 283	81 330	—	448 613
Reservas livres	546 090	—	—	546 090
Resultados líquidos	813 296	2 137 772	— 813 296	2 137 772
	2 976 669	2 219 102	— 813 296	4 382 475

31 — Outros activos e passivos:

	2004	2003
Outros activos:		
Outras imobiliz. financeiras — ACE	3 300	3 300
IRC a recuperar	336 918	100 646
Devedores diversos	1 248 739	1 160 103
	1 588 957	1 264 049

24 — Provisões:

	2004	2003
Prov. para riscos gerais de crédito	14 530	10 700
Prov. para outros riscos e encargos	110 000	—
<i>Total</i>	124 530	10 700

25 — Distinção entre títulos de negociação e de investimento:

O critério na classificação entre os títulos de negociação e os títulos de investimento e imobilizações financeiras assenta na intenção da aquisição dos títulos e a previsão da sua permanência no activo da instituição. Não existiam à data do encerramento do exercício saldos na conta de títulos a vencimento.

Os títulos adquiridos cuja finalidade é a revenda a curto prazo são relevados na conta títulos — negociação, permanecendo nessa rubrica por um período máximo de seis meses, após a aquisição. Se a aquisição é efectuada com o intuito de os títulos ficarem no activo por um período superior a seis meses, então são relevados na conta títulos — investimento. Se a compra efectuada for de títulos de rendimento variável e tiver um carácter duradouro e de imobilização, sem haver uma intenção definida para a venda dos mesmos, essa compra é registada na conta imobilizações financeiras.

27 — Contas de regularização:

	2004	2003
Activas:		
Proveitos a receber	97 893	4 205
Despesas com custo diferido	97 515	86 945
Ganhos e perdas actuariais	42 522	31 131
	237 930	122 281
Passivas:		
Custos a pagar	45 148	34 168
Receitas com proveito diferido	101 601	84 666
Outras contas de regularização	16 571	—
Ganhos e perdas actuariais	—	4 502
	163 320	123 336

Outros passivos:

	2004	2003
Fornecedores	124 235	64 568
Sector Público Administrativo	944 817	526 835
Fundo de Pensões	118 551	63 640
Diversos	1 566	1 137
	1 189 169	656 180

32 — Fundos administrados pela sociedade:

	2004	2003
Em nome próprio mas por conta de outrem	191 109 090	167 718 998
Por procuração	294 893 818	217 703 365
Fundos de investimento	628 499 133	292 000 647
Total	1 114 502 041	677 423 010

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores:

Administradores — 1.
Técnicos — 7.

35 — Remunerações dos órgãos sociais:

As remunerações ao conselho de administração, durante o exercício de 2004, ascenderam a 55 496 euros e ao fiscal único a 4000 euros. Não existem compromissos e adiantamentos aos membros dos órgãos de administração, direcção e fiscalização.

36 — Prestação de serviços:

Dada a especificidade da actividade da Instituição, a mesma presta serviços de gestão e representação a terceiros.

38 — Ventilação das demonstrações financeiras por linha de negócio e mercado geográfico:

(Em euros)

	Banca de retalho	Gestão de activos	Outros	Reconciliação	Total
Juros e proveitos equiparados	60 064	—	—	—	60 064
Juros e custos equiparados	6 151	—	—	—	6 151
Comissões (proveito)	—	4 757 435	—	—	4 757 435
Comissões (custo)	7 976	—	41 941	—	49 916
Rendimento de títulos	—	—	—	—	—
Lucros em operações financeiras	—	—	—	—	—
Prejuízos em operações financeiras	1 575	—	—	—	1 575
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	12 675	—	—	12 675
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	—	126 505	—	—	126 505
Outros proveitos de exploração	—	—	—	—	—
Resultado líquido de exercício	—	2 137 772	—	—	2 137 772
Créditos sobre clientes	—	1 248 739	—	—	1 248 739
Débitos para com clientes	—	—	—	—	—
Activo líquido total	—	5 859 493	—	—	5 859 493

	Portugal	Reconciliação	Total
Juros e proveitos equiparados	60 064	—	60 064
Juros e custos equiparados	6 151	—	6 151
Comissões (proveito)	4 757 434	—	4 757 434
Comissões (custo)	49 916	—	49 916
Rendimento de títulos	—	—	—
Lucros em operações financeiras	—	—	—
Prejuízos em operações financeiras	1 575	—	1 575
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	12 675	—	—
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	126 505	—	—
Outros proveitos de exploração	—	—	—
Resultado líquido de exercício	2 137 772	—	2 137 772
Créditos sobre clientes	1 248 739	—	1 248 739
Débitos para com clientes	—	—	—
Activo líquido total	5 859 493	—	5 859 493

39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

	2004	2003
Outros custos de exploração:		
Quotizações — APFIPP	14 300	13 025
	14 300	13 025
Custos extraordinários:		
Perdas de exercícios anteriores	16 089	121 450
Outras perdas extraordinárias	30 332	16 543
Multas e penalidades	—	221
	46 422	138 214

Ganhos extraordinários:

	2004	2003
Mais-valias imobilizado	800	—
Ganhos de exercícios anteriores	2 064	43 416
Outros ganhos extraordinários	12 252	126 933
	15 116	170 349

41 — Impostos sobre o rendimento:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (10 anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2001 a 2004, poderão vir

ainda a ser sujeitas a revisão e inspecção, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes dessas revisões fiscais àquelas declarações de impostos, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Por não ser prática corrente em Portugal, a Empresa não tem por política reconhecer contabilisticamente o eventual efeito das diferenças temporais entre activos e passivos numa base fiscal e contabilística (impostos diferidos). A carga fiscal e os impostos resumem-se como seguem:

	2004	2003	2002
Provisão para impostos sobre lucros	840 838	402 208	134 123
Pagamentos por conta de IRC efectuados no exercício	359 126	130 818	104 154
IRC a receber de exercícios anteriores	40 635	—	—
Impostos diferidos	—	—	—
Entrega adicional a efectuar no exercício seguinte	441 077	271 390	29 969

42 — Incidência do imposto sobre o rendimento:

A estimativa do imposto sobre os lucros do exercício ascende a 840 838 euros, e refere-se na totalidade a resultados operacionais.

43 — Inclusão das contas da sociedade noutra instituição:

As contas da sociedade são consolidadas nas contas da empresa-mãe BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.da com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, 1050-020 Lisboa.

47 — Transacções e saldos com empresas subsidiárias ou relacionadas:

Nos proveitos do exercício está relevado o montante de 1 740 804,29 euros provenientes da prestação de serviços na área de gestão de carteiras de empresas do grupo, assim como o montante de 55 425,16 euros referente a remunerações da n/ conta de depósitos à ordem e de depósitos a prazo. Nos custos do exercício está relevado o montante de 662 548,75 euros referente a prestações de serviços de empresas do grupo. No final do exercício a sociedade mantém em aberto saldos devedores no total de 738 918,83 euros e saldos credores no total de 110 082,11 euros para com várias empresas do grupo. Mantém, ainda, um saldo em depósitos à ordem no valor de 2 181 541,85 euros, bem como um depósito a prazo no montante de 1 500 000 euros no BPN.

49 — Pensões de repositória e sobrevivência:

a) Descrição do plano de pensões:

O plano de pensões reflecte as responsabilidades decorrentes do cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho da Actividade Bancária para com os empregados da BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Estas responsabilidades estão cobertas por um Fundo de Pensões, e de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

Em 31 de Dezembro de 2004, a população abrangida é constituída por:

Número de empregados — 23.

Número de reformados e pensionistas — nada a referir.

b) Sociedade Gestora do Fundo de Pensões:

O fundo é gerido pela companhia Real Vida, Seguros, S. A.

c) Valor actual das responsabilidades:

Reformados e pensionistas:

Não aplicável.

2 — Activos:

2.1 — Responsabilidades com reforma (invalidez e velhice):

Responsabilidades com serviços passados — 330 123 euros.

Responsabilidades com serviços futuros — 1 216 824 euros.

Responsabilidades totais — 2 148,947 euros.

2.2 — Responsabilidades com sobrevivência imediata:

Responsabilidades com serviços passados — 56,519 euros.

Responsabilidades com serviços futuros 138 723 euros.

Responsabilidades totais — 194 792 euros.

d) Valor do Fundo de Pensões:

O valor do Fundo de Pensões à data de 31 de Dezembro de 2004 é de 425 223 euros.

e) Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo:

Não aplicável.

f) Activos do Fundo utilizados por sociedades em relação de grupo:

Não existe qualquer activo do Fundo utilizado pela sociedade ou por sociedades do Grupo.

g) Reconhecimento de custos:

(Em euros)

Relevação contabilística dos custos anuais

2004

1 — Custos com o pessoal:

1.1 — Custos do serviço corrente	73 492
1.2 — Custos dos juros	19 134
1.3 — Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	— 19 598

2 — Resultados extraordinários — perdas relativas a exercícios anteriores:

2.1 — Custo anual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro 1994, com idade presumível de reforma depois de 31 de Dezembro 1997	—
2.2 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas	—

3 — Resultados extraordinários — outras perdas:

3.1 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	9 324
--	-------

4 — Resultados extraordinários — outros ganhos:

4.1 — Amortização anual de receitas com proveito diferido relat. a ganhos actuariais result. de alterações dos pressupostos ou das condições dos planos	— 5 304
---	---------

(Em euros)

Relevação contabilística dos custos anuais

2004

5 — Reconhecimento como custos do exercício 77 048

h) Contribuições entregues ao Fundo no exercício:

No exercício de 2004 foram efectuadas entregas no montante de 60 000 euros ao Fundo de Pensões.

i) Montante das pensões pagas pelo Fundo durante o exercício:

No exercício de 2004 o Fundo não efectuou qualquer pagamento de pensões.

j) Principais pressupostos actuariais e financeiros:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80
Taxa de rotação de serviço (<i>turnover</i>)	—
Idade normal de reforma, ou de invalidez presumida	65 anos
Número de prestações anuais do complemento	14
Taxa de rendimento anual para os pensionistas (percentagem)	5,0
Taxa de rendimento anual para os activos (percentagem)	5,5
Taxa de crescimento salarial (percentagem)	2,5
Taxa de crescimento das pensões/reformas antecipadas (percentagem)	1,5
Diferença de idades entre conjugues	Três anos
Percentagem de empregados casados (percentagem)	70,0
Percentagem de remarcação de viúvas(os) (percentagem)	—

Na avaliação das responsabilidades com activos é utilizado o *Unit Credit* Projectado não sendo previstas reformas antecipadas.

k) Movimentos verificados no exercício de 2004:

1 — No exercício a taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões foi de 4,22%;

2 — Na generalidade dos casos a evolução salarial individual correspondeu ao decorrente do crescimento da tabela salarial do ACTV e às promoções obrigatórias;

3 — Durante o exercício de 2004 não se verificou qualquer óbito nem situação de invalidez.

l) Método de valorização actuarial utilizado:

Nas avaliações das responsabilidades com os colaboradores no activo é utilizado o método do *Unit Credit* Projectado.

m) Contratos de seguro:

Não existe qualquer contrato de seguro tendo em vista a cobertura das responsabilidades mencionadas no aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal.

50 — Participações financeiras:

Em 2002, a BPN Gestão de Activos subscreveu uma participação de 3300 euros correspondente a 3,3% do capital social da BPN Serviços, ACE.

Atendendo ao carácter muito específico desta participação, em 31 de Dezembro de 2004, estava registada a custo de aquisição e não havia mais e menos-valias latentes nem necessidade de constituir qualquer provisão.

51 — Outras informações relevantes:

Em Novembro de 2004 a empresa foi notificada que o recurso hierárquico que tinha apresentado relativamente a liquidações adicionais de IRC e IVA dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 no montante total de 385 303 euros, tinha sido deferido quer em termos de IVA quer em termos de IRC.

Aguarda-se agora a liquidação final relativamente à parte não reclamada para que seja encerrado este processo, estimando-se o montante a pagar em 82 275 euros acrescido dos respectivos juros. Para fazer face a essa responsabilidade foi constituída uma provisão no montante de 85 000 euros.

O Conselho de Administração: *Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues*, presidente — *Oscar Nóbrega Arteaga Escalera*, vogal executivo. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de balanço de 5 859 493 euros e um total de capital próprio de 4 382 475 euros, incluindo um resultado líquido de 2 137 772 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

i) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

ii) A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

iv) A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas ope-

rações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 11 de Janeiro de 2005. — Auren Auditores & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Victor Manuel Leitão Ladeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração do BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Analisámos o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e o correspondente anexo com as respectivas notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do BPN Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 11 de Janeiro de 2005. — O Fiscal Único: Auren Auditores & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Victor Manuel Leitão Ladeiro*, revisor oficial de contas.
2010672585